

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERH

Data: 14/12/2023	Local: Auditório SEAMA/SETADES - 18º Andar
Início: 14h	Término: 16h
Pauta: <ol style="list-style-type: none">1. Verificação de quórum e abertura da sessão;2. Aprovação da Ata da última reunião;3. Apresentação do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas - FCCBHES;4. Apresentação da Subsecretaria de Estado de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental da SEAMA;5. Assuntos Gerais;6. Encerramento.	

1 **MEMBROS PRESENTES:**

- 2 • Conselheira Suplente (representante) - Mônica Amorim **(SEAMA)**
- 3 • Conselheiro Suplente - Guilherme Modenese Recla **(SEAG)**
- 4 • Conselheira Titular - Jaqueline Graziela Malacarne **(SEDES)**
- 5 • Conselheiro Suplente - Carlos Roberto Brandão Locatelli **(SESA)**
- 6 • Conselheira Titular - Stephanie C. Zucoloto Magalhães **(AMUNES)**
- 7 • Conselheira Titular - Jennifer Oliva Coronel **(FINDES)**
- 8 • Conselheira Titular - André Luiz Sefione **(CESAN)**
- 9 • Conselheiro Titular - Jorge Vilchez Guerrero **(EDP- ESPÍRITO SANTO)**
- 10 • Conselheiro Suplente - José Luís Delai Junior **(EDP- ESPÍRITO SANTO)**
- 11 • Conselheiro Suplente - Arnaldo Luis Silva Junior **(ASSIPES)**
- 12 • Conselheiro Titular - André Luiz Labanca Rosas **(FECOMÉRCIO)**
- 13 • Conselheiro Titular - Paulo Henrique Breda Moulin **(BRK AMBIENTAL)**
- 14 • Conselheiro Titular - Victor Athayde Silva **(SINDIROCHAS)**
- 15 • Conselheiro Titular - Weber Alves da Rocha **(ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA FORÇA VERDE)**
- 16 • Conselheira Titular - Bruna Machado Tose **(ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA JUSTIÇA)**
- 17 • Conselheira Titular - Maria Helena Alves **(ABES)**
- 18 • Conselheira Titular - Sara Aparecida Francisco **(APEA-ES)**
- 19 • Conselheiro Titular - Maurício Vieira Gomes **(CBH-RIO NOVO)**
- 20 • Conselheira Titular (representante) - Mayane Bayerl Nunes **(CBH-ITAÚNAS)**

21 **CONVIDADOS:**

- 22 • Eric Cerqueira Silvestre - ASSIPES
- 23 • Érico P. Orletti - ASSIPES

- 24 • Bruno César de Oliveira Golfetto - INSTITUTO GOTAI
- 25 • Ana Eloisa Sorrilha - Fórum Capixaba de Comitês de Bacia Hidrográfica - FCCBH
- 26 • Robson Monteiro - SEAMA

27 **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO:**

- 28 • Cintia Cândido Matias Laures (Secretária Executiva)
- 29 • Cintia Barbosa Jacobsem (Coordenadora Jurídica)
- 30 • Elias Alberto Morgan (Coordenador Técnico)
- 31 • Elene Zavoudakis (ADARH requisitada SEAMA/SECEX)

32 **PONTO I - VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E ABERTURA DA SESSÃO;**

33 A Secretária Executiva do CERH Sr.^a Cintia Laures cumprimenta e agradece a todos em nome do
34 Secretário de Estado e Presidente do CERH, Sr. Felipe Rigoni Lopes, apresenta a equipe e informa
35 que foi designada para presidir esta reunião, devido à incompatibilidade da agenda do Secretário,
36 comunica a existência de quórum com 18 (dezoito) instituições presentes e passa para o próximo
37 ponto de pauta.

38 **PONTO II - APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO;**

39 Ata aprovada por unanimidade, passando-se para o próximo ponto de pauta.

40 **PONTO III - APRESENTAÇÃO DO FÓRUM CAPIXABA DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS –**
41 **FCCBHES;**

42 A Presidente da reunião, Sr.^a Cintia Laures, abre o tema, e passa a palavra para a Sr.^a Ana Eloisa
43 Sorrilha, que se apresenta como Secretária Executiva do Comitê de Bacia do Rio Itapemirim, e
44 atualmente também atua como coordenadora geral do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias
45 Hidrográficas- FCCBH, e ela relata que no em 31/08/2022, foi realizada a eleição no Fórum e que
46 ela foi eleita, como coordenadora geral, juntamente com outras duas mulheres, a presidente do
47 Barra Seca e Foz do Doce e a presidente do Jucu como as primeiras mulheres do Fórum eleitas,
48 inclusive do país. Em seguida, ela faz a apresentação das ações do FCCBH (em anexo). Em seguida,
49 é passada a palavra para a plenária, e o Sr. André Sefione/CESAN parabeniza o trabalho do FCCBH,
50 e a conquista de trazer o ENCOB de 2025 para ser sediado em Vitória. Ele ainda sugere que sejam
51 verificadas as datas do Simpósio da ABRH, que também ocorrerá em Vitória, provavelmente em
52 novembro de 2025, a fim de que ambos tenham suas datas conciliadas e não sobrepostas, uma
53 vez que são eventos muito importantes na área de recursos hídricos. O Sr. Robson Monteiro diz
54 que tentarão conciliar as datas porque a COP, a ser sediada em Belém, ocorrerá de meados de
55 novembro até meados de dezembro. E então a proposta do ES feita para o Fórum Estadual, o qual
56 levou para o Nacional, é que saia de uma discussão com os comitês um documento que legitime
57 os comitês a terem voz dentro da COP, porque é uma discussão de nível global, e então ele diz que
58 se esse movimento ocorresse também pela ABRH, no sentido de elaborar um outro
59 encaminhamento técnico, ele acredita que Vitória se consagraria como uma capital das águas no
60 mundo por um período no ano de 2025. E reafirma que seria bastante interessante sair do ENCOB
61 e do Simpósio ABRH dois documentos com peso para uma discussão em nível global, e que daí a
62 importância de se coordenar as datas dos três eventos. O Sr. Maurício Gomes/ CBH RIO NOVO
63 comenta que o Simpósio ABRH é um evento muito robusto na área, e nesse ano, ocorreu o
64 primeiro Fórum Latino-Americano de Águas e os participantes assumiram o compromisso de fazer
65 a integração do ENCOB com o Fórum Latino-Americano, onde foi criado o Conselho do Fórum
66 Latino-Americano, e ele conseguiu entrar como conselheiro de recursos hídricos, e o Fabio Ahnert
67 colocou também o nome do Consórcio Brasil, por meio da representação do Fabrício Hérick

68 Machado. A Sr.^a Jennifer Coronel/FINDES afirma ter gostado da proposição e que esta será muito
69 importante. Ela diz que o ES já tem um protagonismo importante junto à atuação dos comitês e
70 com o Fórum Nacional, isso o abrilhanta ainda mais. Ela ainda diz que trabalha na Arcelor Mittal e
71 pede que deixe registrado que ela se coloca à disposição, caso faça sentido, para promover uma
72 visita dos participantes à unidade de dessalinização, que tem sido uma ferramenta importante
73 nesse momento, quando se fala de fonte alternativa de água, principalmente para o setor
74 industrial e diz que a planta da Arcelor é a maior do Brasil. A Sr.^a Ana Eloisa Sorrilha diz que dentro
75 do ENCOB, no último dia se costuma fazer visitas técnicas e é superinteressante buscar justamente
76 trabalhos que são desenvolvidos no Estado. O Sr. Weber Rocha/AFV parabeniza o trabalho do
77 FCCBH e questiona a qual comitê pertencerá a bacia hidrográfica do Guarapari, e a presidente da
78 reunião Sr.^a Cintia Laures responde que o Sr. José Roberto Jorge, Diretor da AGERH havia falado
79 sobre isso na reunião de outubro, em “Assuntos Gerais”, que existe uma proposta de junção do
80 Benevente e do Novo, a qual abarcaria esse vazio institucional do ponto de vista da gestão de
81 recursos hídricos que ocorre com o município de Guarapari. O Sr. Victor Silva/SINDIROCHAS
82 parabeniza a apresentação e diz que, a exemplo da Arcelor Mittal, e também se fizer sentido,
83 disponibiliza o setor de rochas que representa, pois ele tem a característica de ter grande parte de
84 suas empresas de circuito fechado, ou seja, reutilizando toda a água do processo de produção. Ele
85 também sugere que, se eventualmente houver uma carência de painéis de exposição, existe o
86 ProfÁgua, da UFES, que tem todo um banco de dissertações que já foram apresentadas ou estão
87 sendo pesquisadas e que poderia também estar presente dentro do ENCOB. A Sr.^a Ana Eloisa
88 Sorrilha diz que dentro do ENCOB tem a comissão de pesquisa, que é justamente para receberem
89 trabalhos, tanto em nível de pesquisa, como trabalhos feitos também pelos comitês e essa é a
90 ideia, e só a partir de 1º de janeiro é que o Estado assumirá e então o coordenador irá começar a
91 desenhar todo esse trabalho, mas ela acrescenta que já identificou a importância das instituições
92 de ensino dentro do ENCOB. Em seguida, passa-se ao ponto de pauta seguinte.

93 **PONTO IV - APRESENTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HÍDRICOS E**
94 **QUALIDADE AMBIENTAL DA SEAMA;**

95 A Presidente da reunião, Sr.^a Cintia Laures, passa a palavra ao Subsecretário da pasta, Sr. Robson
96 Monteiro, que faz sua apresentação oral, dizendo que essa Subsecretaria também abarca a
97 temática de Educação Ambiental e justifica o atraso na apresentação para o CERH em virtude da
98 reestruturação da SEAMA, o que acarretou em uma elevação da carga de trabalho bastante
99 significativa, tendo que se dividir entre muitas agendas, resultando na dificuldade de conciliar as
100 outras agendas com a presença aqui no Conselho. Ele diz que intenciona falar da atuação dessa
101 Subsecretaria na área de recursos hídricos, e que a sua estruturação vem na esteira de uma
102 reestruturação de toda a SEAMA, e que boa parte das pessoas presentes já têm algum tempo de
103 militância no Estado e conhecem a época em que todas as discussões estavam concentradas numa
104 Gerência de Recursos Hídricos dentro do IEMA, que depois avançou, tornando-se uma Diretoria
105 de Recursos Hídricos, e novamente avançou mais, tornando-se uma Agência, a AGERH, e que hoje
106 a SEAMA vem fazendo um movimento no sentido de aperfeiçoar a implantação tanto da política
107 estadual de recursos hídricos, quanto da política estadual de meio ambiente, avocando de volta
108 para si algumas funções que são funções de natureza mais política, de formulação e
109 acompanhamento de políticas públicas e que, pelos últimos 14 anos, esteve quase que
110 integralmente mergulhada dentro das duas autarquias vinculadas, o IEMA, por um bom tempo
111 concentrando tudo, e depois a divisão IEMA e AGERH concentrando absolutamente toda a pauta.
112 Ele então afirma que hoje a realidade do Estado é outra, institucionalmente, e que a algumas
113 gestões vêm recebendo um selo de Estado mais transparente e equilibrado do Brasil, e isso precisa
114 se refletir de alguma forma na atuação das instituições. Então, dentro desse contexto é que o IEMA
115 se reestruturou, pois, esse processo não é exclusivo da agenda de recursos hídricos, a agenda de
116 qualidade ambiental está passando por isso também. Em seguida, ele apresenta oralmente o
117 organograma institucional da Subsecretaria, com os respectivos nomes ocupantes dos cargos de
118 gestão e faz um resumo dos projetos desenvolvidos, e se compromete a, posteriormente, em uma

119 reunião do CERH, formalizar as apresentações dos membros de sua equipe e seus respectivos
120 projetos, os quais estão sendo desenvolvidos em cada uma das gerências da Subsecretaria.
121 Inclusive ele sugere à Secretária Executiva e equipe do CERH que, no próximo exercício, cada um
122 dos projetos pode ser apresentado à plenária do CERH de forma mais aberta e detalhada. Ele
123 informa ainda que existe um projeto piloto que em fase final de tentativa de captar uma emenda
124 federal, para a aquisição de um veículo de teste para a remoção de resíduos sólidos flutuantes em
125 ambientes estuarinos. Ele diz que é uma embarcação autônoma, toda operada por meio de
126 inteligência artificial, sem ninguém a bordo, mas que consegue capturar resíduos pequenos em
127 ambientes onde você não consegue entrar com barcos grandes, principalmente estuários e
128 mangues, ou seja, em uma zona de interface entre a gestão de recursos hídricos e a gestão
129 costeira, e bastante interessante. Ele acrescenta que o Estado voltou a ter uma política mais ativa
130 nessa área de interface entre gestão de recursos hídricos e a gestão costeira e, inclusive, amanhã,
131 dia 15/12, o Globo Repórter vai falar sobre um tema bastante interessante chamado Economia
132 Azul, com uma participação do Estado, da colega da Subsecretaria de Negócios Sustentáveis e da
133 Subsecretaria de Biodiversidade, que são as subsecretarias relacionadas a essa temática, pois a
134 que ele tem muito a ver com essa zona de interface. Ele diz que o Encontro Estadual de Comitês
135 de Bacia, em Aracruz, houve uma mesa especificamente sobre esse assunto, como que a gestão
136 de recursos hídricos se aproxima dessa discussão de ordenamento dos ambientes estuarinos e
137 este é um tema interessante que tem um espaço ainda muito grande para avançar, pois existe
138 uma carência de clareza regulatória, ou seja, hoje não existe claramente nenhum instrumento de
139 gestão de recursos hídricos que atue sobre as interferências nesses ambientes, tanto do ponto de
140 vista das outorgas quanto do licenciamento de atividades. E por fim, ele encerra sua fala dizendo
141 que nesse exato momento estão abrindo a cotação de preços e o governo deve lançar no começo
142 do ano que vem, de forma oficial, um programa chamado Águas Capixabas, que é, na verdade,
143 fruto de um amadurecimento de alguns outros programas que o Estado fomentou ao longo do
144 tempo. Ele diz que isso não é novidade, esse processo foi visto, por exemplo, dentro do Programa
145 de Pagamento para os Serviços Ambientais, que antes do atual Reflorestar houve duas iniciativas,
146 o Floresta para a Vida, que tinha um incentivo do Banco Mundial e toda uma mentoria por trás, e
147 o sistema de recursos hídricos criou o primeiro mecanismo de pagamento para os serviços
148 ambientais do Brasil, que foi o Produtores de Água, com o recurso da subconta do FUNDÁGUA, e
149 em 2013 essas iniciativas amadurecem e tornam-se o programa Reflorestar. E então se está
150 fazendo um mecanismo parecido com o incentivo a práticas mecânicas de conservação de solo e
151 revitalização de bacias geográficas. Ele rememora que exatamente em outubro de 2018, a SEAMA
152 lançou um programa de incentivos à utilização de práticas mecânicas por prefeituras e que essa
153 foi uma iniciativa interessante porque se colocou os municípios para operarem isso, então a
154 SEAMA entrava com o custeio do combustível e os municípios entravam com o projeto executivo,
155 a mobilização e a implantação, e a SEAMA supervisionava isso junto com o INCAPER, mas
156 infelizmente, o alcance final deixou a desejar, pois houve municípios que avançaram muito e que
157 conseguiram executar praticamente o recurso todo, mas outros que chegaram a captar, ficaram
158 com o recurso quase um ano e meio parado, sem gastar nem um centavo, e a SEAMA se viu
159 obrigada a solicitar a devolução do dinheiro e o descomprometimento do FUNDÁGUA para
160 disponibilizá-lo, enfim, para outras políticas públicas. Mas tudo isso serviu de aprendizado, serviu
161 para mostrar claramente que as estruturas de barraginhas e cochinchos possuem uma vantagem
162 técnica operacional, por exemplo, sobre as estruturas de caixa seca, que era uma prática que o
163 Estado já vinha adotando por longo tempo, principalmente no que diz respeito à vida útil e custo
164 de manutenção, e tem uma razão para isso, as caixas secas estão localizadas já nas estradas, onde
165 é um ponto que já tem uma concentração de matéria e energia relativamente alto, o aporte de
166 sedimentos é grande, já tem muito sedimento mobilizado a montante, essa caixa faz um papel
167 interessante que é de reter esse sedimento, mas a um custo muito alto que é a vida útil muito
168 curta, geralmente um ciclo hidrológico, no ano seguinte você já tem que dar manutenção, limpar
169 aquilo e isso tem um custo alto, e quando se trabalha com caixas secas e barraginhas, se retém a
170 lâmina d'água no início do escoamento superficial laminar, ou seja, não se tem fluxo concentrado

171 ainda, ou se tem, é muito pouco, e o resultado, é que a água está com capacidade de arraste muito
172 pequeno, então ela não transporta sedimento, ou transporta muito pouco, e a vida útil da caixa
173 seca, que é de um ano, um ano e meio, dois na melhor das hipóteses, sobe para cinco, seis, sete
174 anos, no caso dessas estruturas mais a montante. Então, a barraginhas se mostrou, do ponto de
175 vista de custo, de manutenção e de efetividade, muito mais interessante que a caixas seca, e é
176 óbvio que não se pode prescindir por total das caixas secas, porque vai haver lugares que não se
177 consegue fazer essa intervenção a montante, e é obrigado a fazer na estrada, mas serviu para esse
178 aprendizado. Ele ainda diz que mais recentemente a AGERH desenvolveu o programa de
179 revitalização de bacias geográficas, que é o PROBACIA, principalmente na região sul, que expande
180 um pouco esse conceito, usa esse tipo de técnica, mas avança para um conceito mais de
181 revitalização de bacias, trazendo para dentro da intervenção a questão do saneamento em áreas
182 difusas, e sabe-se que o saneamento passou por uma revolução do ponto de vista de marco
183 regulatório no último ano, mas mesmo na proposta vigente nesse momento do Estado, alguns
184 pontos estão muito bem encaminhados como, por exemplo, a questão do saneamento nas áreas
185 classificadas pelo IBGE, que classifica os setores censitários em quatro níveis - dois níveis são
186 considerados urbanos e dois são considerados rurais, e um dos níveis considerados rurais, na
187 verdade, são sedes dos distritos. Então, a título de exemplo, Matilde, que é um pequeno núcleo
188 urbano dentro do município de Alfredo Chaves, apesar de estatística de geograficamente ter que
189 ser classificado pelo IBGE como um núcleo rural, ele possui problemas do ponto de vista de
190 saneamento que se assemelham mais à dinâmica urbana, com uma demanda mais concentrada
191 por abastecimento, um volume um pouco maior para tratamento de água, com resíduos a serem
192 tratados, e problemas de drenagem. Então, esse tipo de questão está sendo encaminhada e, a
193 partir de agora, a SEDURB passa a assumir formalmente a formulação disso, a microrregião passa
194 a ser a responsável pela gestão desse aspecto, mas ainda fica de fora a questão do saneamento
195 em áreas difusas, as casas individuais no meio rural, e então o Águas Capixabas traz para dentro
196 da sua proposta essa experiência do Probacias da AGERH, quer dizer, se intervém retendo água de
197 chuva a montante, fomentando o uso de biodigestores ou de, enfim, de outra tecnologia mais
198 adequada para o tratamento em soluções individuais, e como terceiro elemento, que é a novidade,
199 se está trazendo a possibilidade de cisternas e barragens subterrâneas em áreas de criticidade
200 aguda, principalmente nas regiões norte e noroeste do estado, onde esse programa prevê a
201 possibilidade de implantação. Nesse momento, a SEAMA está na fase de identificação de áreas
202 que tecnicamente seriam viáveis para implantar esse tipo de solução, e por uma razão de limitação
203 orçamentária, teve-se que criar alguns critérios de corte, então se está submetendo agora a um
204 processo de cotação para elaborar os projetos executivos e, ao todo, espera-se atender algo em
205 torno de 5 mil propriedades, em que mais de 22 mil estruturas devem ser implantadas ao longo
206 dos próximos seis anos. Ele diz que este é um trabalho bastante grande, um desafio e a SEAMA
207 não tem expertise em obra, que vai demorar um pouco a aprender, mas à medida que for
208 aprendendo e que a equipe for se consolidando, espera-se conseguir dar mais respostas para a
209 sociedade. Em seguida, é passada a palavra para a plenária e o Sr. André Sefione/CESAN
210 parabeniza o Sr. Robson Monteiro pela apresentação, e faz as seguintes sugestões: fortalecer
211 institucionalmente a AGERH, por meio de concurso público, para trazer mais gente para auxiliar
212 nesse processo e fazer de fato uma gestão de recursos hídricos mais inteligente. Ele diz que o
213 Estado tem muita gente competente, mas que, na sua opinião, falta essa estruturação e
214 articulação na AGERH, e ele espera que nessa função o Subsecretário consiga ajudar nesse sentido.
215 Ele ainda chama a atenção a respeito da reservação hídrica, que acha importante continuar
216 pesquisando para entender como é que será esse cenário no futuro, mas que já existem elementos
217 que mostra que a coisa está bem complicada, e cada vez mais essa falta d'água vem descendo
218 territorialmente, mas no norte do estado, do Doce para cima, principalmente, o Estado sofre com
219 esse problema há muito tempo, as políticas de reservação que foram criadas anos atrás, na opinião
220 dele, não mais atendem e é preciso contratar um estudo, e além, mas efetivar uma política de
221 reservação inteligente, grande, porque o estado ficou cheio de pequenos barramentos, onde o
222 proprietário permite que se faça o barramento, mas isso não é gestão hídrica. Então, ele isso é um

223 sugere esse tema para ser priorizado. O Sr. Maurício Gomes/CBH RIO NOVO parabeniza a
224 apresentação e pergunta ao Subsecretário o motivo do Brasil ainda não utilizar a biodiversidade
225 no PIB e também solicita uma atualização acerca do PROESAM, ao qual lhe é respondido, acerca
226 da Biodiversidade, que essa discussão provavelmente se deu no âmbito da COP de Biodiversidade
227 e não da COP do Clima, e explica basicamente como foi feita uma proposta de estudo do PIB da
228 água e da floresta, que quase sempre usaram ativo ambiental nas contas nacionais, e diz que o
229 problema quando se coloca ativo ambiental é que uma boa parte da riqueza produzida no setor
230 primário é na verdade uma substituição do ativo ambiental por uma riqueza monetária. Então,
231 colocar ativo ambiental na conta do PIB quase sempre puxa o PIB para baixo, e na metodologia
232 hoje usada, tem uma série de discussões sobre como corrigir isso, e exemplifica. E em relação ao
233 PROESAM, ele diz que foi um programa bastante surpreendente, que ele participou da criação
234 junto com o Sr. Anderson Ferrari, e que agora nos últimos seis meses ele se afastou um pouco do
235 acompanhamento, mas que até o último relatório que ele leu, em torno de 80% das metas estavam
236 alcançadas, e foram quase 20 milhões de reais investidos no programa, que estão finalizando a
237 compra de 51 motocicletas para equipar os municípios, então o que o Estado fez no passado de
238 apoiar a estruturação da gestão ambiental municipal foi bem intencionada, mas talvez um pouco
239 desorganizada e desarticulada, porque não havia muito critério, enfim, e sobrou um dinheiro que
240 será usado para comprar os carros e dar para os consórcios. Ele afirma que o programa organizou
241 essa estruturação, colocando uma agenda para os municípios, aliás, organizando cinco temas
242 institucionais: agenda verde, agenda azul, agenda marrom e temas transversais e, em um ano e
243 meio, saíram de um Estado em que nenhum município tinha uma política municipal de
244 enfrentamento às mudanças climáticas e se tem hoje quase 70% dos municípios com políticas
245 municipais de enfrentamento às mudanças climáticas ou pelo menos um decreto sobre o tema, e
246 isso foi um avanço e enfim, existe uma série de indicadores que o PROESAM se baseou para
247 estabelecer suas metas e que, às vezes, eram coisas que já estavam na competência do município,
248 mas que faltava uma coordenação no sentido de apontar todo mundo para o mesmo rumo e fazer
249 com que os padrões de qualidade ambiental do Estado sofressem um acréscimo significativo. Ele
250 diz ainda que se está pensando em um segundo ciclo do programa e que o seu desafio é sempre a
251 fonte de recurso, pois esse foi um ciclo de dois anos que custou aproximadamente 20 milhões de
252 reais, ou seja quase 10 milhões por ano, e se for pensar em um ciclo de 4 anos, o custeio
253 proporcionalmente seria de 40 milhões de reais, um grande desafio, mas a ideia é que o programa
254 permaneça, sendo que se deve evoluir para algumas metas mais finalísticas, o que impõe aos
255 municípios um desafio um pouco maior, e exemplifica conceitualmente algumas metas do
256 programa. O Sr. André Sefione/CESAN comenta sentir falta sempre de uma presença ou de uma
257 articulação maior entre meio ambiente e agricultura, deixando essa ideia como sugestão, que ele
258 acha importantíssima, pois não se avança muito na gestão de recursos hídricos se não houver
259 participação do pessoal da agricultura, e ainda mais no Estado que, em termos espaciais, e
260 proporcionais, o solo é basicamente agricultura hoje e depende dessa integração. E aproveita
261 ainda para perguntar se a SEAMA está pensando em iniciativas nesse sentido e lembrar também
262 acerca do problema da perda de solo, que é silenciosíssima, pois a falta e o excesso d'água se
263 percebe, mas a perda de solo não se percebe e é um problema que está assolando o planeta. O Sr.
264 Robson Monteiro diz que antes de responder às questões levantadas pelo representante da CESAN
265 irá comentar sobre a estratégia de fortalecimento dos comitês pelo PROESAM, questionada pelo
266 representante do CBH Rio Novo, de que talvez a estratégia não tenha sido a melhor, mas que talvez
267 se possa pensar numa meta um pouco mais impactante ou mais efetiva do ponto de vista de criar
268 esse ambiente. Ele ainda diz que houve uma exigência de que o município tivesse atuação, pelo
269 menos em um dos comitês no qual ele se localiza, e o PROESAM contribuiu um pouco para isso,
270 mas se está pensando em como tornar isso mais efetivo. E respondendo à pergunta do
271 representante da CESAN, ele afirma que existe uma filosofia trazida pelo Secretário Felipe Rigoni,
272 que é algo que, da forma como ele trouxe, ele realmente não havia visto até então, que é o
273 fomento a negócios sustentáveis e comenta que há uns dois anos atrás, estava-se discutindo o
274 polo de silvicultura, que é uma atividade que do ponto de vista de impacto sobre cobertura do

275 solo, sobre recursos hídricos, é bastante interessante, e o Estado possui um relevo muito
276 desfavorável para a agricultura mecanizada, e inclusive, ele já vi alguns professores de Viçosa
277 colocar que se desenvolveu uma cultura de grãos e de culturas temporárias, mas na verdade se
278 tem uma topografia toda direcionada para uma economia florestal e o Estado não aprendeu a
279 explorar isso. Mas retomando, a filosofia que está por trás é como se pode usar recurso público, e
280 aí não é só recurso do Fundágua nem do Fundema, mas também de outros fundos de fomento, as
281 startups de negócios sustentáveis, a tecnologia, como se pode usar esses recursos para fomentar
282 o nascimento de negócios que são, do ponto de vista ambiental e hídrico, impacto positivo? Na
283 essência, eles são negócios que a operação deles por si só traz um impacto positivo para o meio
284 ambiente. Quer dizer, não é um negócio que se coloca como uma atividade tradicional e que se
285 precisa compensar porque traz um impacto em supressão florestal, em aumento do consumo, mas
286 a essência do negócio é uma externalidade positiva ambiental e isso é bastante desafiador. Enfim,
287 existe uma Subsecretaria específica para tratar disso, que é a Subsecretaria de Negócios
288 Sustentáveis, que está com essa incumbência de pensar um pouco em termos macro e esse
289 assunto é um pouco da discussão que aconteceu na COP, pois se apostou muito na questão do
290 mercado de carbono, primeiro porque o mercado de energia é gigantesco e era o mercado que
291 naquele momento e até hoje, na verdade, continua parecendo ter mais excedente capital para
292 promover um investimento capaz de reverter esse contínuo depressionamento dos ativos
293 ambientais, mas o governo brasileiro lançou um fundo agora, na semana passada, um fundo de
294 preservação florestal, embora carbono seja um dos ativos através dos quais se possa alavancar
295 recursos para viabilizar, a ideia é remunerar a floresta em pé por um conjunto de ativos e como
296 essa conta vai fechar, ele diz que, honestamente, não acompanhou esse debate, e acha que nem
297 o governo federal tem isso muito claro ainda e aqui no Estado se está seguindo mais ou menos o
298 mesmo caminho. Então, o governo lançou um decreto de criação do Comitê Gestor do Mercado
299 Jurisdicional de Carbono, que significa que projetos que promovem esse tipo de ação e que, ao
300 final, conseguem promover alguma captura de carbono, em tese, seriam elegíveis para receber
301 créditos, e os créditos hoje estão na ordem de 11 dólares a tonelada que, no caso da Mata Atlântica
302 em fase de crescimento, dá algo em torno de 5 a 6 toneladas ao ano, ou seja, se estaria falando
303 algo em torno de 60 a 70 dólares por tonelada ao ano. Ele diz ainda que existem estimativas do
304 Banco Mundial, por exemplo, que falam sobre a possibilidade de um mercado regulado puxar
305 esses preços num nível global para algo em torno de 70 a 80 dólares e ele já ouviu até de 100
306 dólares, mas aí lhe parece um pouco extrapolado demais. Ele acredita que o desafio é um pouco
307 isso, e que a essência dessa Subsecretaria de Negócios Sustentáveis é como a se pode trazer o
308 meio rural, incentivar o meio rural a fomentar o desenvolvimento desse tipo de prática que é
309 ambientalmente positivo na sua essência, e conclui dizendo que não tem essa resposta em
310 definitivo, mas que apostar nessa estratégia é a grande orientação política e filosófica que a equipe
311 está recebendo do Secretário. Ele diz ainda que isso não prescinde dos instrumentos de gestão
312 que se tem hoje à disposição, então eles abordaram claramente o tema Cobrança pelo uso da água
313 no encontro, e o Ministério Público tem, na mesa de negociação, um termo de compromisso
314 ambiental do Estado sobre esse assunto, e existe uma expectativa de fazer a revisão do Plano
315 Estadual de Recursos Hídricos, que a discussão do termo de referência está posta, ou seja, não se
316 está abrindo mão do que a legislação oferece em termos de gestão de recursos hídricos, mas o
317 que se está entendendo é que ela sozinha não vai alcançar isso e que se precisa lançar mão dessas
318 outras ferramentas. Em seguida, o Sr. Weber Rocha/AFV diz que na apresentação foi falado na
319 preocupação com a reservação e é sabido que só barragem não resolve, que se precisa cuidar do
320 reflorestamento das nascentes, e então questiona como fazer isso se os prefeitos estão com a
321 caneta na mão e estão autorizando a implantação de condomínios em áreas de produção de água,
322 e cita o exemplo do Rio Conceição, em Guarapari, onde a Cesan tem um ponto de captação, e que
323 no ano passado, em 11 de agosto, a Cesan captou 100% da barragem mas a jusante dela não
324 passou nenhuma gota, e acima dessa barragem estão construindo um baita de um condomínio,
325 um resort, e estão fazendo aterro em área alagada, está lá para qualquer um ver, é só passar, que
326 estão forçando o desenvolvimento na região, que é a região de Buenos Aires, que não tem

327 necessidade, e não precisava daquelas obras de intervenção urbana no meio rural que vai
328 prejudicar a captação de água para Guarapari. E então diz que precisa ter alguma ação, que ele já
329 protocolou um documento, para se ver como que tem que se tratar isso, que vai precisar fazer
330 barragem, porque daqui um tempo nem a água do rio Conceição poderá ser bombeada pela
331 adutora para abastecer a cidade de Guarapari. O Sr. Guilherme Recla/SEAG se apresenta como
332 Gerente de Planejamento Rural na SEAG, compondo a equipe do subsecretário Michel Tesch, e
333 também do Secretário Ênio Bergoli, parabeniza a apresentação e aproveita essa oportunidade para
334 mencionar que desde o início do ano de 2023 eles estão tendo uma aproximação da SEAG com a
335 SEAMA, onde o secretário Felipe Rigoni está sempre presente na Secretaria de Estado da
336 Agricultura ou vice-versa, para que esses assuntos sejam bem tratados. Ele menciona ainda que a
337 SEAG vem lançando programas muito importantes relacionados à sustentabilidade, dentre eles o
338 programa de desenvolvimento sustentável da cafeicultura do Estado e também o
339 desenvolvimento sustentável da cadeia do leite, que juntas correspondem a duas importantes
340 cadeias produtivas do estado e que necessitam cada vez mais ter esse tema de sustentabilidade
341 em voga, e consequentemente relacionados a essa entrega de preservação e cuidado com o meio
342 ambiente, e também relacionado ao próprio mercado externo, pois quando se fala do mercado
343 externo, hoje o mercado europeu vem batendo muito na tecla da questão da sustentabilidade, e
344 da comercialização de produtos que estejam originados dentro de uma produção sustentável,
345 então é importante que se ressalte esse alinhamento de pensamento. Além disso, ele ressalta
346 ainda um programa a ser lançado, que é o Programa de Agricultura de Baixo Carbono, ABC+, que
347 é algo também que vem a ter essa tangibilidade junto à Secretaria e à Subsecretaria de Estado de
348 Meio Ambiente, e coloca a SEAG à disposição para receber e cada vez mais trabalhar em conjunto
349 com a SEAMA. A Sr.^a Maria Helena Alves/ABES parabeniza a exposição feita pelo Subsecretário, e
350 comenta que pela primeira vez se está identificando no Brasil áreas de desertificação e que então
351 o CEMADEN, junto com o INPE, já acendeu o sinal vermelho, sobre o processo de desertificação e
352 que estão sendo mapeadas áreas no Brasil, na Bahia, pertinho do Espírito Santo, e se vê que a
353 velocidade da degradação ambiental é muito grande, e que a velocidade de reação não está
354 acompanhando e que ela acompanhou na época em que estava na ativa, que o orçamento a nível
355 estadual da SEAMA é um dos menores e então é preciso que se fique cada vez mais evidente ainda
356 que se faltar água vai afetar a todos: a indústria, a agricultura, a geração de energia, a saúde, ou
357 seja, a todos e ela diz que sente falta de uma agenda de Estado sobre todas essas ações que estão
358 sendo desempenhadas não só na Seama, como também nas outras secretarias, inclusive a nível
359 de governador, com poder decisório e com recursos, pois sem recursos não se faz nada. Então ela
360 diz que isso é para ontem e comenta que acha legal demais, em 2025, Vitória, trazer o evento para
361 o Espírito Santo, pois isso mexe com todos, com as autoridades, com o governo, uma vez que o
362 estado será o centro das atenções terá que apresentar algo. Então, ela sugere que se pense muito
363 sobre ter um poder concentrador em nível de Estado que articulasse o poder de articulação e o
364 poder de decisão, o poder de movimentar tudo isso, pois ela gostaria muito de ver uma agenda de
365 Estado audaciosa, porque houve uma seca muito séria na época que ela estava na Cesan e ela viu
366 o que todos passaram para poder colocar água dentro das casas e, não nas mesmas proporções,
367 mas novamente, isso vai acontecer mais vezes e esses desertos estão sendo formados, ou seja,
368 está mais do que clara a situação que está se formando e o que o estado irá colher daqui a alguns
369 anos, e não se quer chegar aí. O Sr. Jorge Guerrero/ EDP parabeniza o Subsecretário pela
370 apresentação e diz que eles têm que criar uma conexão entre a SEAMA e o CERH, por exemplo, e
371 essa é inclusive uma proposta de sugestão de pauta para a primeira reunião do próximo ano, sobre
372 quais são os anseios ou fomentos da SEAMA, para a secretaria ir na reunião e falar sobre suas
373 expectativas e desafios, sobre o planejamento estratégico, para que o Conselho possa saber e dar
374 sua contribuição, pois existe potencial e fortaleza nos Conselheiros para fazer mais, para ajudar
375 mais, pois existem aqui grandes representantes de várias empresas, entidades, e ele acha que
376 existe potencial para agir em prol de um recurso hídrico melhor cuidado, de um meio ambiente
377 melhor tratado, enfim, e diz que falta um pouco de conexão para que possam trabalhar juntos,
378 olhando para o mesmo foco. O Subsecretário Sr. Robson Monteiro diz que sua percepção é que,

379 infelizmente, a Política Nacional de Recursos Hídricos deixou de fora o município e esse é um
380 problema, pois se olha muito para a gestão da demanda e se parte do pressuposto que a oferta é
381 contínua e estável, e ela não é: ela tem influência direta do uso do solo. Ele diz ainda que não tem
382 uma resposta definitiva, mas que invariavelmente os municípios terão que ser chamados para a
383 responsabilidade sobre o controle do uso do solo, e não só por conta dessa questão, mas por essa
384 questão também e que talvez no futuro se chegue a um nível de discussão similar ao que se faz
385 hoje em algumas áreas urbanas, por exemplo, a drenagem, que é o caso do município de Porto
386 Alegre, ele diz que a cidade possui uma legislação municipal na qual o impacto sobre uma nova
387 edificação tem que ser zero na drenagem. Ele diz ainda que se tem que fazer um balanço hídrico
388 de modo que, nas chuvas máximas, o solo tem que ter capacidade de absorver e liberar depois de
389 um tempo, e que talvez, no Estado, se tenha que começar a expandir esse tipo de conceito de
390 impacto zero na infiltração, no escoamento superficial, para além da área urbana. Enfim, ele diz
391 que talvez essa possa ser uma abordagem que os Planos de Bacia possam começar a pensar. Ele
392 ainda manifesta, em relação ao que a representante da ABES colocou, que crê que a crise tende a
393 dar esse senso de urgência, é fato, mas que ele acredita que se está diante de uma oportunidade
394 que é de fato a crise. Ele diz que existe um comitê instalado, como o que o Estado viveu há 10 anos
395 atrás, para apagar incêndio, literalmente, comentando com a questão sobre como se resolve esse
396 problema para botar água na casa das pessoas nos próximos meses, se o nível de chuva
397 permanecer como até uma semana atrás. Ele comenta ainda que no centro-sul a situação
398 melhorou um pouco, mas no norte do estado não mudou absolutamente nada, e tendo
399 conhecimento que se está no meio da estação chuvosa, daqui a alguns meses ela começa a declinar
400 e aí vem todo um período de estiagem pela frente, e que ele já viu gente questionando, inclusive,
401 se a normal climatológica não está mudando, se ela não está deslocando no tempo, porque no
402 meio do ano passado houve um período chuvoso. Ele ainda afirma que em Hidrologia nada se
403 concretiza na escala humana do tempo, pois são situações que demoram 100, 150 anos para ter
404 consolidado o entendimento sobre elas, ou seja, não serão eles que irão concluir sobre isso, mas
405 a sua proposta no Fórum foi a de aproveitar esse senso de urgência que esse debate das mudanças
406 climáticas traz para inserir melhor a agenda de recursos hídricos como uma agenda de Estado. Ele
407 diz que há 15 anos ele fala que o grupo da área de recursos hídricos são os mesmos discutindo
408 coisas diferentes em lugares diferentes, e, no final das contas, é um grupo pequeno que se conhece
409 há mais ou menos uma década e se pergunta como é que se pode subir essa discussão, e esse é
410 um grande desafio, e que usar o acesso dos Conselheiros é um caminho importante, e usar esse
411 senso de urgência que a crise traz pode ser uma outra janela, e é por isso que ele está tentando
412 propor para o Conselho e para os Comitês, de começar a aproximar a discussão sobre recursos
413 hídricos com a agenda de adaptação e, para encerrar sua fala, ele dá um exemplo, o de que o
414 Estado discutiu agora um plano de Descarbonização, e quando se fala em Mudanças Climáticas,
415 existem dois grandes eixos, um eixo de mitigação, que é um eixo que basicamente tenta evitar que
416 a situação piore, e o Estado tem um desafio bastante grande, são 32 giga toneladas ano que são
417 emitidas, e com uma característica completamente diferente da grande maioria do Brasil. O
418 Espírito Santo, por uma questão industrial, tem um perfil de emissão similar ao da Europa. A
419 grande emissão está na matriz energética e industrial, não está em desmatamento como é a média
420 nacional, e São Paulo tem um pouco essa realidade, mas por incrível que pareça, menos que o
421 Espírito Santo, que é o estado que mais diverge da média nacional. E então eles têm um desafio
422 gigantesco de converter 32 giga toneladas ano de emissão em zero. E como se faz isso? O plano
423 mobilizou diversos níveis. Então, ao longo da elaboração do plano, a direção da Federação de
424 Transportes e a direção da FINDES estavam sentadas com eles e o nível de discussão chega no
425 governador para tomada de decisão, e o governador toma uma decisão como aquela que tomou
426 semana passada, de dar um prazo de um ano para que não haja mais uso de gasolina em veículo
427 leve na frota do estado, aliás, agora não, porque tem um prazo de transição, mas a meta é acabar
428 com o uso de combustível fóssil na frota do estado, e esse nível de decisão tem um impacto
429 gigantesco, pois se está falando de 8 milhões de litros de gasolina de consumo ao ano, em média,
430 com contrato até um pouco maior, de 13 mil toneladas de emissões ano. Ele diz ainda que um

431 programa de segurança hídrica pautado em barragens de grande porte, como a que o Sr. André
432 Sefione/CESAN mencionou, pois sabe-se que o programa de pequenas e médias barragens que a
433 SEAG conduz teve um benefício para o produtor, mas do ponto de vista de regularização
434 hidrológica ele é muito incipiente, se está falando tranquilamente de uma cifra de meio bilhão,
435 então ele pergunta como se coloca meio bilhão na política pública, então, ele encerra sua fala
436 dizendo que sua percepção é a de talvez usar esse senso de urgência que o debate das mudanças
437 climáticas traz pela agenda da adaptação seja um ponto onde se consiga inserir a política de
438 recursos hídricos de forma mais estratégica no Estado. Em seguida, a presidente da reunião, Sr.^a
439 Cintia Laures, diz que todas as informações, sugestões e solicitações estão gravadas para constar
440 em ata, e ficar tudo registrado, e passa ao ponto de pauta seguinte.

441 **PONTO V - ASSUNTOS GERAIS;**

442 A Presidente da reunião e Secretária Executiva do CERH Sr.^a Cintia Laures abre o tema e discorre
443 sobre as solicitações de CBHs e enquadramentos que estão sob análise na AGERH. Comenta que
444 também tem a proposta de resolução da ABES, que fizeram um Workshop no mês passado e que
445 acreditam que no próximo biênio, eles darão prosseguimento à pauta e a outras solicitações que
446 também estão nas autarquias competentes para pedidos de informação. Ela ainda diz que estará
447 incorporado na ata, como anexo, a tabela com os protocolos. Ela menciona que hoje é a nossa
448 última reunião do biênio 2022-2023 e que as instituições que têm cadeiras cativas no plenário
449 receberão a solicitação de indicação dos seus conselheiros para o novo biênio 2024-2025 a partir
450 de amanhã, e que entre a próxima segunda e terça-feira, a Secretaria Executiva do CERH publicará
451 o edital do chamamento das organizações civis de recursos hídricos, diz que já houve o período do
452 cadastro, e que o pessoal já entregou o cadastro das organizações não governamentais (entidades
453 privadas, ensino/ consorcio, entidades profissionais), e que agora será publicado o edital de
454 chamamento para as assembleias e para a inscrição, Lembrando que aqui no CERH existe, no
455 segmento usuários, vagas no setor de energia, no setor dos CBHs, nas associações ligadas a
456 recursos hídricos, no caso aqui o SINDIROCHAS, na ASSIPES, na associação de irrigantes, e que,
457 após a publicação desses editais de chamamento, eles têm que entregar as documentações de
458 comprovação. Ela acrescenta que será encaminhado no grupo do WhatsApp até a última semana
459 de dezembro esses editais, e por e-mail para essa plenária que se encontra aqui hoje. Ela ainda
460 solicita que os Conselheiros divulguem às respectivas instituições que representam e que façam
461 as suas inscrições, e que as solicitações e os encaminhamentos dos documentos devem ser
462 conforme descritos no edital, pelo sistema E-Docs, e que esses editais de convocação serão
463 divulgados e é claro que se não houver concorrência naquele segmento, a única instituição que se
464 propôs a ocupar a vaga no próximo biênio é quem ocupará a vaga, caso contrário, no dia marcado
465 para a Assembleia, tem que comparecer presencialmente nesse auditório, para concorrer à vaga.
466 Ela ainda esclarece que no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, os Conselhos entram em
467 recesso de reuniões, mas que internamente estarão trabalhando, e que na primeira semana de
468 fevereiro, retornam as Assembleias dos segmentos, tanto usuários, como organizações civis,
469 ONGs, CBHs. E abrindo o biênio com as instituições escolhidas, com o plenário completo, com as
470 indicações, os trabalhos são então retomados. Ela diz que desde já agradece imensamente a
471 participação de todos nesse biênio, e diz que foi um biênio extremamente bom, no qual se
472 conseguiu avançar em várias pautas, comenta que na gestão de recursos hídricos, após a
473 pandemia, eles trouxeram os CBHs um pouco mais próximo, principalmente com a sociedade civil
474 e que atualmente as reuniões do CERH ocorrem tranquilamente, de forma produtiva e com
475 grandes encaminhamentos. Ela se desculpa em nome de todos da Secretaria Executiva se, por
476 ventura, não atendeu a contento os Conselheiros, justifica que a equipe é pequena para atender
477 a oito conselhos e então muitas vezes não conseguem dar atenção imediata e solicita que sempre
478 entrem em contato com antecedência caso precisem de algum esclarecimento. Ela conclui
479 desejando a todos um ótimo final de ano, um 2024 cheio de saúde, de paz, em nome do Secretário
480 de Estado e presidente do CERH Sr. Felipe Rigoni e solicita, após o encerramento da reunião, que

481 todos os Conselheiros venham para a frente do Auditório para fazer a foto oficial do fechamento
482 do biênio. Em seguida, passa-se ao próximo ponto de pauta.

483 **PONTO VI - ENCERRAMENTO.**

484 A Presidente da reunião, Sr.^a Cintia Laures, agradece a presença de todos e, não havendo mais
485 assuntos a tratar, declara encerrada a reunião.

486 Vitória/ES, em 14/12/2023.

487 **FELIPE RIGONI LOPES**
488 **Presidente do CERH**

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

FELIPE RIGONI LOPES
PRESIDENTE (CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH - SEAMA)
SEAMA - SEAMA - GOVES
assinado em 02/04/2024 16:30:18 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/04/2024 16:30:18 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CINTIA CANDIDO MATIAS LAURES (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL IV QCE-03 - SECEX-CONSELHOS - SEAMA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-76HMJD>